

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 48/2017/CGM

ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/CMA/2006, QUE “DISCIPLINA OS PADRÕES, RESPONSABILIDADES E PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO, EMISSÃO, IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE INSTRUÇÕES NORMATIVAS A RESPEITO DAS ROTINAS DE TRABALHO A SEREM OBSERVADAS PELAS DIVERSAS UNIDADES DA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO”.

A **CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições que lhe conferem o artigo 23 da Lei Complementar n. 56, de 12 de maio de 2005, e suas alterações, resolve:

Art. 1º. O art. 1º (**VII – Procedimentos para elaboração de Instrução Normativa – fluxograma 1**), no item 5, da IN n. 001/2006/CMA, passa a vigor com a seguinte redação:

5. Concluída a minuta, a Diretoria de Controle Interno da Controladoria-Geral do Município emitirá a redação final, (classificada, numerada e editada de acordo com a versão definitiva) e encaminhará para rubrica e assinatura do gestor da unidade administrativa e do Controlador-Geral. Havendo necessidade de alterações, estas devem ser efetuadas em conjunto com a unidade proponente e a Controladoria-Geral.

Art. 2º. O art. 1º (**IX – Procedimentos para revogação de Instrução Normativa – fluxograma 3**), no item 1, da IN n. 001/2006/CMA, passa a vigor com a seguinte redação:

1. Caso haja direito fundamentado na legislação pátria e interesse da unidade administrativa em revogar a instrução normativa, a mesma deve protocolar a solicitação devidamente justificada na Controladoria-Geral do Município que, após

análise e concordância, remeterá ao gestor da unidade administrativa para rubrica e assinatura.

Art. 3º. O art. 1º (**X – Responsabilidades, implementação e acompanhamento**), no item 5, da IN n. 001/2006/CMA, passa a vigor com a seguinte redação:

5. A responsabilidade de conteúdo eminentemente jurídico da instrução normativa é da Procuradoria-Geral do Município, que nos referidos casos será instada a manifestar-se, cabendo a mesma o assessoramento e a orientação sobre os assuntos de ordem jurídica pertinentes à ação administrativa e às ações de terceiros.

Art. 4º. Fica revogado o item 6 do art. 1º (**VII – Procedimentos para elaboração de Instrução Normativa – fluxograma 1**) e renumerados os demais itens da IN n. 001/CMA/2006.

Art. 5º. A presente Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, devendo a Diretoria de Controle Interno promover formalmente as alterações necessárias para a consolidação atualizada da IN 001/CMA/2006.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itajaí (SC), 08 de dezembro de 2017.

RAFAEL LUIZ PINTO
Controlador-Geral do Município